PROFESSORAS LEIGAS NA CIDADE DE SERRA PRETA BAHIA (1980).

Elvia Cristina Silva Santos¹

Ione Celeste Jesus de Sousa²

PALAVRAS-CHAVE: Professora Leiga, formação, educação.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa apresenta breves resultados da investigação sobre a presença de *Professoras Primárias Leigas* que atuaram na zona rural do município de Serra Preta-Bahia na década 1980, período em que o Brasil foi profundamente marcado por grandes transformações sociais, sobretudo no âmbito político e econômico, momento esse, em que o país ainda estava sob a governança de militares, instaurado pelo golpe de Estado de 1964. O termo *professora primária leiga* era atribuído às mulheres que atuaram nas aulas do ensino primário, mas que não possuíam formação específica, o que desencadeou a problemática dessa pesquisa, com o objetivo de compreender como essas mulheres tornaram-se professoras a partir de suas experiências.

Durante o levantamento de dados³ foi possível diagnosticar a presença massiva de mulheres sem formação específica atuando nas aulas do ensino primário na zona rural de Serra Preta. O que chamou atenção para esse problema foi a existência da Lei 5.692/71⁴ promulgada no ano de 1971 que fixava as diretrizes para o ensino de 1º e 2º graus. No artigo 30, capítulo V, que versa a formação de professores ficara assegurado que:

“Art.30.Exigir-se-á como formação mínima para o exercício do magistério: a) no ensino de 1º grau, da 1ª à 4ª séries, habilitação específica de 2º grau; b) no ensino de 1º grau, da 1ª à 8ª séries, habilitação específica de grau superior, ao nível de graduação,

1

Bolsista FAPESB/ Cotas, Elvia Cristina Silva Santos, Graduanda em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana, e-mail: elviacss@hotmail.com

² Ione Celeste Jesus de Souza, Departamento de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Estadual de Feira de Santana, E-mail: ionecjs@gmail.com

³ Os dados não constam no trabalho, pois as mulheres que atuaram como professoras leigas em Serra Preta na década de 1980 demonstraram resistência em serem entrevistadas com a presença de gravador de voz e câmera filmadora, não sendo possível dessa forma reproduzir as entrevistas, assim como o nome das professoras.

⁴ Ao que se refere às décadas de 1970 e 1980, já existia uma Lei que regulamentava e organizava a educação brasileira baseada nos princípios da Constituição, a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional, publicada em 27 de Dezembro de 1961 no Diário Oficial da União.

representada por licenciatura de 1º grau obtida em curso de curta duração; c) em todo o ensino de 1º e 2º graus, habilitação específica obtida em curso superior de graduação correspondente a licenciatura plena”.⁵

A análise deste artigo nos permitiu perceber que a atuação das professoras poderia ser flexibilizada quanto à exigência de formação específica ao possibilitar que aquele/a com o segundo grau completo pudesse exercer o a atividade de professor e lecionar da 1ª à 4ª série. Ou seja, a lei regulamentava os princípios para os ensinos de 1º e 2º graus, entretanto na prática não aconteceu dessa segundo o que estava estabelecido na lei 5.692/71.

Percebemos assim, as articulações entre a flexibilidade institucional aberta pelo artigo 30 da lei 5.692/71 com os costumes de professoras leigas ao identificarmos alguns casos que sequer tinham nível secundário, nesta pesquisa especificamente a professora leiga Maria Patrícia Ferreira, nascida em 17 de março de 1920 em Serra Preta. De acordo com a documentação analisada é no ano de 1977 que ela é contratada pela prefeitura municipal tendo sua carteira registrada como *Professora Leiga* para lecionar no ensino primário. Como pouco se sabe sobre o processo de formação da professora supracitada, designamo-la como professora leiga a partir do registro de sua carteira de trabalho.

Objetivou-se nessa pesquisa investigar o processo de construção do “*tornar-se*” professora leiga na cidade de Serra Preta Bahia na década de 1980 através das experiências do “fazer”, analisando a eficácia da lei 5.692/71 quanto à contratação de professores assim como conflitos entre o poder municipal e professoras leigas. Porém a documentação levantada não foi suficiente para responder a questão, uma vez que a professora referida na pesquisa já morreu e as eu ainda são vivas fizeram-se resistente.

MATERIAL E MÉTODOS OU METODOLOGIA

O levantamento de fontes foi basicamente pela documentação administrativa da prefeitura de Serra Preta, como: comprovantes de pagamento, lista de escolas com identificação de docentes entre outros, assim como a Carteira de Trabalho e fotografia (essas de acervo pessoal), assim como a produção de entrevistas.

Neste sentido a fonte oral é uma das ferramentas que será utilizada e que permite o resgate das experiências e também das memórias que foram vivenciadas ao longo das vidas dos sujeitos pois, em consonância com Alberti (2008), darão maior possibilidade de interpretação do passado, não perdendo de vista que as fontes orais não são apenas

⁵ Lei Nº 5.692, de 11 de Agosto de 1971.

uma acumulação de entrevistas, mas um conjunto de conhecimento que permite identificar como os sujeitos vivenciaram e perceberam determinado momento ou fato histórico.

RESULTADOS E/OU DISCUSSÃO

Ao considerar a importância dessa pesquisa, foi possível dar visibilidade a essas mulheres, seja no espaço acadêmico e até mesmo em espaços fora da academia, identificamos e problematizamos quem foram essas mulheres e o papel assumiram dentro da sociedade à medida que desenvolviam seus saberes e práticas cotidianamente no espaço em que estavam inseridas resgatando aspectos de suas experiências enquanto protagonistas da História.

A produção historiográfica sobre professoras leigas vem ganhando evidência nos últimos anos, principalmente dentre os estudantes da área de Educação, no entanto a produção acadêmica sobre o tema ainda é escassa no solo baiano. O objetivo dessa pesquisa foi somar junto à produção historiográfica, problematizando e ressignificando os espaços de atuação dessas mulheres, bem como o papel social atribuído a elas, seja como professoras, mães, trabalhadoras rurais e nordestinas.